

# PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

## CURRÍCULO DO CURSO DE MESTRADO

### I – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

(6 créditos obrigatórios para todas as áreas de concentração)

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
DIR-410101	Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito	3
DIR-410110	Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito	3

### II – DISCIPLINAS ELETIVAS

(15 créditos, sendo 6 créditos entre as comuns a todas as áreas de concentração, 6 créditos entre específicas da área de concentração do mestrando e 3 créditos em disciplinas de área conexa)

<b>COMUNS A TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
DIR-410121	Cidadania e Direitos Humanos	3
DIR-410122	Direito e Ecologia Política	3
DIR-410123	Direito e Literatura	3
DIR-410124	Epistemologia Jurídica	3
DIR-410125	Estados Contemporâneos	3
DIR-410126	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	3
DIR-410127	História das Instituições Jurídicas	3
DIR-410128	Política Internacional	3
DIR-410129	Teoria do Direito	3
DIR-410130	Teoria Política	3
<b>Área de Concentração em TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
DIR-410141	Análise Econômica do Direito	3
DIR-410142	Antropologia Jurídica	3
DIR-410143	Direito Romano	3
DIR-410144	Direito e Bioética	3
DIR-410145	Direito e Subjetividade	3
DIR-410146	Filosofia do Direito	3
DIR-410147	Fundamentos Teóricos da História do Direito	3
DIR-410148	História do Pensamento Jurídico	3
DIR-410149	Novos Rumos da História do Direito	3
DIR-410150	Pensamento Jurídico na América Latina	3
DIR-410151	Pensamento Jurídico no Brasil	3
DIR-410152	Pluralismo Jurídico	3
DIR-410140	Tópicos Especiais de Teoria e História do Direito	3

<b>Área de Concentração em DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
DIR-410171	Cátedra Jean Monnet de Integração Regional	3
DIR-410172	Direito Ambiental Internacional	3
DIR-410173	Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento	3
DIR-410174	Direito Econômico Internacional	3
DIR-410175	Direito Internacional dos Direitos Humanos	3
DIR-410176	Direitos Humanos no Cenário Internacional	3
DIR-410177	Gestão Patrimonial de Recursos Naturais	3
DIR-410178	Globalização e Cidadania	3
DIR-410179	Governo Eletrônico na Sociedade em Rede	3
DIR-410180	Organizações Internacionais	3
DIR-410181	Regulamentação das Mudanças Climáticas e Gestão dos Riscos	3
DIR-410182	Solução de Controvérsias Internacionais	3
DIR-410183	Teoria das Relações Internacionais	3
DIR-410184	Teoria e História do Direito Internacional	3
DIR-410170	Tópicos Especiais de Direito e Relações Internacionais	3
<b>Área de Concentração em DIREITO ESTADO E SOCIEDADE</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
DIR-410201	Constitucionalismo Contemporâneo	3
DIR-410202	Construção Jurídica do Estado Interventor	3
DIR-410203	Criminologia e Políticas Criminais	3
DIR-410204	Direito Ambiental Econômico	3
DIR-410205	Direito Constitucional Ambiental Sustentável	3
DIR-410206	Direito Constitucional Tributário	3
DIR-410207	Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça	3
DIR-410208	Direito da Inovação	3
DIR-410209	Direito de Danos e Sistema de Justiça	3
DIR-410210	Direito de Signos Distintivos	3
DIR-410211	Direito e Fraternidade	3
DIR-410212	Direito Econômico da Concorrência	3
DIR-410213	Direito Informática e Sociedade	3
DIR-410214	Direito Meio Ambiente e Tutelas Coletivas	3
DIR-410215	Direito Saúde Pública e Meio Ambiente	3
DIR-410216	Direitos Fundamentais	3
DIR-410217	Direitos Indígenas e Questão Ambiental	3
DIR-410218	Direitos Sociais e Sistema de Justiça	3
DIR-410219	Formas Alternativas de Resolução de Conflitos	3
DIR-410220	Fundamentos do Direito Administrativo	3
DIR-410221	Fundamentos do Direito Constitucional	3
DIR-410222	Fundamentos do Direito Econômico	3
DIR-410223	Fundamentos do Direito Tributário	3
DIR-410224	História do Direito Público	3
DIR-410225	Juridicidade do Risco e Dano Ambiental	3

DIR-410226	Justiça Ambiental	3
DIR-410227	Obrigações Negociais e Sistema de Justiça	3
DIR-410228	Processo e Acesso à Justiça	3
DIR-410229	Processo e Constituição	3
DIR-410230	Processo e Jurisdição	3
DIR-410231	Sistema de Justiça Penal	3
DIR-410200	Tópicos Especiais de Direito Estado e Sociedade	3
<b>DISCIPLINAS DE ÁREA CONEXA</b>		
<b>DISCIPLINAS DE ÁREA CONEXA</b> Disciplinas escolhidas pelo aluno, conjuntamente com o seu orientador, entre disciplinas da própria área de concentração, entre disciplinas eletivas comuns, entre disciplinas pertencentes a outras áreas de concentração ou entre disciplinas de outros Cursos (na UFSC ou fora dela).		3

### III - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

(3 créditos, sendo obrigatório o Seminário de Integração)

<b>Atividade</b>	<b>Créditos</b>
Seminário de Integração <sup>(1)</sup>	obrigatório 1
Estágio de Docência <sup>(2)</sup>	até 2
Atividades de Orientação, Pesquisa e Extensão <sup>(3)</sup>	até 2

**(1) SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO**

Constitui pré-requisito para a matrícula nas disciplinas e nas demais atividades do Curso de Mestrado.

**(2) ESTÁGIO DE DOCÊNCIA**

1 crédito por disciplina de 36 h/a;  
2 créditos por disciplina de 72 h/a

**(3) ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO**

<b>ESPÉCIES DE ATIVIDADES, AGRUPADAS POR BLOCOS</b>	<b>DESDOBRAMENTO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CRÉDITOS POR ATIVIDADE DESDOBRADA</b>
1. Participação, como membro titular, em Bancas Examinadoras de TCCs do Curso de Graduação em Direito da UFSC.		0,5 por banca
2. Co-orientação de TCCs do Curso de Graduação em Direito da UFSC.		0,5 por orientando
3. Publicações científicas em editoras com conselho editorial e periódicos com conselho editorial e registro, ou equivalente eletrônico.	Livros, capítulos de livros, coordenação ou organização de livros, artigos em revistas	Até 2,0 pelo conjunto
4. Assistência de defesas de teses e de dissertações no CPGD/UFSC, com elaboração de relatório circunstanciado.		0,5 por uma defesa de tese ou duas defesas de dissertações
5. Participação em evento científico, com apresentação de trabalho.	Como painelista ou conferencista Painelista ou conferencista, com publicação em anais	Até 0,5 por evento Até 1,0 por evento
6. Projetos de extensão na UFSC, devidamente aprovado e registrado.		Até 0,5 por atividade

### IV - DISSERTAÇÃO (12 créditos)

<b>Atividade</b>	<b>Créditos necessários</b>
Projeto de Dissertação	2
Orientação de Dissertação	4
Dissertação	6

## CRONOGRAMA DO CURSO DE MESTRADO

ATIVIDADES	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
<b>Seminário de Integração</b>	Pré-Requisito para matrícula no Curso de Mestrado (art. 35, § 1º, e 61, inc. I e § 1º, do Regimento do PPGD).
<b>Disciplinas Obrigatórias e Eletivas</b>	Devem ser cursadas no 1º ano do Curso (no ano de ingresso).
<b>Atividades Complementares: Estágio de Docência e Atividades de Orientação, Pesquisa e Extensão</b>	O Estágio de Docência (obrigatório para bolsistas) e as Atividades de Orientação, Pesquisa e Extensão devem ser cursadas até o final do 1º semestre do 2º ano do Curso.  Os bolsistas terão de cumprir até a data de renovação da bolsa as exigências fixadas no Edital de Bolsas.
<b>Depósito do Projeto de Dissertação para Defesa Pública</b>	O projeto de dissertação deve ser entregue aos membros da banca examinadora em prazo não inferior a 15 dias, contados regressivamente da data marcada para a defesa. (art. 1º, § 3º, da Resolução nº 2/PPGD/2012).
<b>Defesa do Projeto de Dissertação</b>	A defesa do Projeto de Dissertação, acompanhado de revisão bibliográfica atinente ao tema, deve ser realizada até o final do 15º mês, prazo contado incluindo o mês de ingresso (art. 1º, § 1º, da Resolução nº 2/PPGD/2012).
<b>Relatórios Trimestrais Obrigatórios</b>	Após a qualificação ficam os mestrandos obrigados a entregar juntamente com a matrícula trimestral, relatório das atividades desenvolvidas no trimestre letivo imediatamente anterior (art. 65, parágrafo único, do Regimento do PPGD).
<b>Depósito da Dissertação para Defesa Pública</b>	A dissertação deve ser entregue aos membros da banca examinadora em prazo não inferior a 30 dias, contados regressivamente da data marcada para a defesa (art. 6º, da Resolução nº 2/PPGD/2012).
<b>Defesa Pública da Dissertação</b>	A defesa pública da Dissertação deve ser realizada até o final do 2º ano do Curso (24 meses contados da data de ingresso) (arts. 21 e 37 do Regimento do PPGD).
<b>Depósito da Versão Definitiva da Dissertação</b>	O mestrando aprovado tem um máximo de 30 dias se a Dissertação for aprovada sem exigências de alterações ou de 90 dias se a tese for aprovada com exigências de alterações, a contar da data da defesa e arguição pública da Dissertação, para depositar, junto à Secretaria do Curso, os exemplares exigidos da versão definitiva do trabalho aprovado (art. 87, inc. I e II, e §§ 2º e 3º do Regimento do PPGD).

## DISCIPLINAS E EMENTAS DO CURSO DE MESTRADO

DISCIPLINA	EMENTA
Análise Econômica do Direito	A Teoria Econômica e o Direito: O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas de uma Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor e a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; A Escola <i>Law and Economics</i> : Aspectos Históricos; Enfoques; Embasamento Filosófico; Precusores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido Alpa, Ronald Coase e Richard A Posner; A crítica. O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito. Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988. Teoria Econômica aplicada.
Antropologia Jurídica	Introdução conceitual. Escolas antropológicas. Temas e autores contemporâneos da Antropologia Jurídica. Perspectivas atuais do Ensino e da Pesquisa da Antropologia Jurídica.
Cátedra Jean Monnet de Integração Regional	Organizações Internacionais de Integração Regional. A integração europeia. A Arquitetura político-institucional da União Europeia. Soberania e Supranacionalidade. Direito da União Europeia. Dimensões políticas, jurídicas e sociais da integração na Europa e na América do Sul. Direito da Integração.
Cidadania e Direitos Humanos	Universo político-conceitual da cidadania: circunscrevendo a cidadania enquanto conceito e práxis. Universo relacional da cidadania: elegendo questões relacionais fundamentais. Cidadania e Direitos Humanos. Universo plural da cidadania: situando a construção de cidadanias específicas. Teoria e empiria da cidadania: fazendo a academia dialogar com a rua.
Constitucionalismo Contemporâneo	Debate contemporâneo entre a Teoria Geral do Garantismo e o Neoconstitucionalismo, abordando os aspectos críticos das três teses centrais neoconstitucionalistas, a saber: aproximação ou imbricamento entre Direito e Moral, negação das Fontes Sociais do Direito e a diferença estrutural e argumentativa entre Regras e Princípios. Concepção e aplicação das normas constitucionais e o papel, concepção e estatuto dos direitos fundamentais.
Construção Jurídica do Estado Interventor	Direito e Economia. Polícia, cameralismo e mercantilismo. Novas funções do Direito: Fisiocracia, agrarismo liberatório e liberalismo smithiano. O longo século XIX (1): participação política, direitos sociais e ampliação da ação estatal. O longo século XIX (2): intervenção estatal e industrialização retardatária na Alemanha e nos Estados Unidos. O Direito Administrativo e a sociedade industrial. A economia de guerra (1914-1918). O constitucionalismo social e o surgimento do Direito Econômico. A construção do estado interventor nos EUA. Keynes e o estado do bem-estar social. Os modelos de welfare state. O estado interventor na periferia do capitalismo.
Criminologia e Políticas Criminais	Criminologia e criminologias. Os grandes paradigmas criminológicos da modernidade: dimensionamento histórico, epistemológico e político. O paradigma etiológico e a criminologia positivista: o crime e o criminoso como objeto criminológico. O estereótipo de criminoso e a ideologia penal dominante (senso comum). A mudança de paradigmas e o paradigma da reação

	social: o sistema de justiça penal como objeto criminológico. Da criminologia da reação social à criminologia crítica e feminista. Horizonte de projeção da política criminal na modernidade: da política da pena e da ressocialização do criminoso ao minimalismo e ao abolicionismo penal. Das penas alternativas às alternativas à pena e à política criminal oficial. Horizonte de projeção da política criminal no Brasil.
Direito Ambiental Econômico	Natureza, recurso natural e meio ambiente. Atividade econômica e meio ambiente. Teorias de economia ambiental. Aplicação de teorias econômicas pela norma ambiental. O princípio do Desenvolvimento sustentável. Comércio internacional e direito ambiental internacional.
Direito Ambiental Internacional	Gênese e o desenvolvimento do Direito Ambiental Internacional. As fontes, normas e princípios do DAI. Os regimes de proteção das águas internacionais, do ambiente marinho, da atmosfera e da biodiversidade. Construção do conhecimento sobre o Direito Ambiental Internacional a partir de análise de casos emblemáticos.
Direito Constitucional Ambiental Sustentável	Gerações dos problemas ambientais e crise ambiental. Abordagem teórico-fundamental do Direito Constitucional Ambiental e projeção da nova linguagem de gestão de riscos e sustentabilidade. Delimitação dos princípios, dos pressupostos, dos conceitos e da perspectiva comparativa do Direito Constitucional Ambiental. Constitucionalismo ambiental no regime do bem viver da América Latina e sustentabilidade. Jurisprudência ambiental.
Direito Constitucional Tributário	Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional de receitas tributárias.
Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça	Sociedade, família, criança e adolescente. História da proteção jurídica e social da criança e do adolescente no Brasil. Direito da Criança e do Adolescente: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Doutrinas jurídicas de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente e o ato infracional. A Justiça da Infância e da Juventude. Intervenção e prevenção.
Direito da Inovação	Função da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento de países. Direito e desenvolvimento no plano internacional e nacional. Concorrência empresarial. O tema e as políticas de inovação nas Organizações Internacionais, Blocos Econômicos e países. O direito e a inovação. Avaliação das posições mais destacadas de países relevantes. Estudo de casos. Análise crítica do debate sobre a inovação no âmbito jurídico.
Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento	Direito e desenvolvimento econômico no plano internacional. Concorrência empresarial. Globalização do Direito Internacional da Propriedade Intelectual. OMPI, OMC, Blocos Econômicos. Avaliação das posições mais destacadas de países relevantes. Estudo de casos. Análise crítica do debate sobre a propriedade intelectual.
Direito de Danos e Sistema de Justiça	Limites modernos do conceito de dano indenizável. Alterações nos requisitos clássicos da responsabilidade civil. Conceito de dano futuro na jurisprudência nacional. Requisitos para a tutela da pretensão restitutória: o instituto do enriquecimento sem causa.

	Aumento de bens merecedores de tutela e novas teorias para configuração e quantificação de danos: perda de uma chance, dano por ricochete, danos extrapatrimoniais, danos à tutela da confiança, entre outros.
Direito de Signos Distintivos	Direito e desenvolvimento no plano nacional. Signos distintivos e concorrência empresarial. Direito da Propriedade Intelectual. Associativismo, arranjos produtivos e organização produtiva. Estudo de casos. Análise crítica do debate sobre a propriedade intelectual dos signos distintivos.
Direito e Bioética	Especificidade da ética: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ética e Direito. Bioética e seu domínio próprio no campo da Ética. Quadro teórico-conceitual da Bioética. Fundamentos da Bioética. Produção de normas em matéria Bioética. Construindo um Biodireito.
Direito e Ecologia Política	Necessidade de uma metodologia adequada: contexto; relações; sistemas. A construção de uma visão ecológica do mundo e da cultura. Ecologia, meio ambiente, cidadania e direitos humanos: novos aspectos de temas antigos. Ecologia Política, Direito e Meio Ambiente: que relações, para que finalidades? Perspectivas, possibilidades e potencial da construção de uma Ecologia Política. Papel do Direito na identificação da crise ambiental e no encaminhamento de soluções: obrigação; proibição; indução.
Direito e Fraternidade	Direito e justiça. Direito e fraternidade. A fraternidade como categoria jurídica. Fraternidade e direitos humanos. Elementos do conceito de fraternidade e de Direito Constitucional. A fraternidade no ordenamento jurídico brasileiro. Relações jurídicas e fraternidade. A produção jurisprudencial e a categoria fraternidade.
Direito e Literatura	Conexões entre o Direito e a Literatura. Teoria do Direito e teoria da literatura. Interpretação e hermenêutica. Narrativa jurídica e narrativa literária. Figuras de linguagem. Aspectos históricos do Direito e da Literatura. Construção de uma teoria do Direito e Literatura.
Direito e Subjetividade	Direito e psicanálise: uma interlocução possível. Legalidade e subjetividade. A Lei e as leis.
Direito Econômico da Concorrência	A Teoria Econômica e o Direito. O fenômeno econômico e as leis econômicas. A eficiência econômica. A Teoria da Firma e a Organização do Mercado. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A Escola <i>Law and Economics</i> e o Antitruste Brasileiro. Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988: dos Princípios Gerais da Atividade Econômica. Análise Econômica da Legislação Antitruste. Análise Econômica da Legislação do Consumidor e Análise Econômica da Regulação de Mercados (Regulação Administrativa).
Direito Econômico Internacional	Globalização e direito internacional. Produção, câmbio e comércio internacional. Investimentos Estrangeiros. Acordos de comércio. Organização Mundial do Comércio. Desenvolvimento, Meio Ambiente, Direitos Humanos no Direito Internacional Econômico.

Direito Internacional dos Direitos Humanos	A humanização do direito internacional e as três vertentes dos direitos humanos no cenário internacional: o direito internacional dos direitos humanos, o direito humanitário e o direito internacional dos refugiados. O direito internacional dos direitos humanos e o pós 2ª guerra. A formação dos sistemas internacionais de proteção à pessoa humana. O sistema global das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos. Os sistemas americanos de Direitos Humanos. O sistema africano de direitos humanos. Estudo de Casos.
Direito Informática e Sociedade	Conceito e histórico: O processamento eletrônico da informação jurídica. O uso do computador na administração da justiça, no processo legislativo e análise da jurisprudência. O cidadão frente à tecnologia de ponta: a invasão à privacidade, o desemprego e o "Habeas Data". Os impactos tecnológicos e a crise civilizatória: perspectivas. Aspectos práticos da aplicação do computador à Ciência do Direito
Direito Meio Ambiente e Tutelas Coletivas	Bem ambiental: concepção jurídica e especificidade. Interesse jurídico ambiental. Instrumentos da tutela ambiental. Acesso à justiça na jurisdição coletiva ambiental. Questões processuais gerais na jurisdição coletiva ambiental; Instrumentos jurisdicionais coletivos de tutela ambiental. Ação civil pública ambiental.
Direito Romano	Conceito e princípios do Direito Romano. Fontes do Direito Romano. Importância do Direito Romano no mundo jurídico. Direito Romano e contemporaneidade.
Direito Saúde Pública e Meio Ambiente	Saúde pública, política e Direito. As normas de saúde pública: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. A proteção da saúde pública no direito brasileiro. Saúde pública e meio ambiente.
Direitos Fundamentais	Conceito formal e conceitos materiais. Titularidade em sentido próprio e titularidade em sentido impróprio. Dimensões objetiva e subjetiva. Unidade e indivisibilidade dos direitos fundamentais. Restrições e outras formas de intervenção do legislador em matéria de direitos fundamentais. Classificações sintéticas e analíticas.
Direitos Humanos no Cenário Internacional	Geopolítica de violação dos direitos humanos no mundo e a atuação das Nações Unidas. Direitos Humanos como tema da agenda dos Estados nas relações internacionais. Crimes Internacionais e o alcance dos Tribunais Penais Internacionais. Conflitos armados e a aplicação do Direito de Genebra. Regime internacional dos refugiados e a proteção aos migrantes.
Direitos Indígenas e Questão Ambiental	Direito Indígena. Direito Indigenista. Novos Direitos Indígenas. Legislação Indigenista Internacional. O Direito de Consulta. Obras de Infraestrutura e Exploração Econômica em Terras Indígenas. Gestão Ambiental em Terras Indígenas.
Direitos Sociais e Sistema de Justiça	Definição, divisão, autonomia e interpretação dos direitos sociais. A história do Direitos Social: a Revolução Francesa; a Revolução Industrial; a Constituição Mexicana de 1917; o Tratado de Versalhes de 1919; a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os direitos sociais e as Constituições Brasileiras. Direitos Sociais e Acesso à Justiça. Os Direitos Sociais e as novas tecnologias.



Epistemologia Jurídica	Metodologia da pesquisa e produção do conhecimento. Ciência e verdade. Epistemologia <i>versus</i> Teoria do Conhecimento. Evolução Histórica da Epistemologia. Problemas e Temas Relevantes de Epistemologia. Tendências atuais da Epistemologia. Especificidades da Epistemologia Jurídica.
Estados Contemporâneos	Natureza e Funções do Estado Contemporâneo. Concepções Pluralistas e Liberais do Estado. Concepção Marxista do Estado. Concepção Tecnocrática do Estado. A Questão do Estado na América Latina. O Estado no Brasil: Formação e Evolução. Problematização e Crítica da visão jurídica do Estado. Estado, globalização e neoliberalismo. Estado, cidadania e participação. Estado, novos espaços públicos e poder local.
Filosofia do Direito	Filosofia do Direito. Especificidade da Filosofia do Direito. Evolução Histórica da Filosofia do Direito. Problemas e Temas Relevantes da Filosofia do Direito. Tendências atuais da Filosofia do Direito.
Formas Alternativas de Resolução de Conflitos	Aspectos relevantes do conflito. Acesso à justiça e a importância dos meios alternativos de resolução de conflitos. Negociação; mediação; conciliação; <i>rent a judge</i> ; ombudsman; arbitragem. A resolução nº 125 do CNJ. A arbitragem no Brasil e a comparação com outros países.
Fundamentos do Direito Administrativo	Evolução do Estado e seus reflexos no Direito Administrativo. Princípios e organização da administração pública. Serviços públicos. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Princípio da razoabilidade e da eficiência. Moralidade administrativa. Proteção jurídica do administrado. Responsabilidade administrativa.
Fundamentos do Direito Constitucional	O constitucionalismo. A Constituição. O poder constituinte originário. As reformas da Constituição. As mutações constitucionais. As normas constitucionais. Direitos fundamentais. Interpretação constitucional. Controle da constitucionalidade.
Fundamentos do Direito Econômico	Origem e evolução do Direito Econômico. O posicionamento do direito econômico no quadro geral da ciência jurídica. Economia e direito. Intervencionismo estatal na economia. O direito penal econômico. A ordem econômica na Constituição do Brasil. A propriedade privada, a livre concorrência e a defesa do consumidor.
Fundamentos do Direito Tributário	Atividade financeira do Estado. Direito Tributário: conceito, autonomia. Teorias referentes à obrigação tributária, fato gerador e crédito tributário. A teoria do lançamento tributário. Planejamento tributário e ilícito fiscal. Tributação e mudança social.
Fundamentos Teóricos da História do Direito	Pensamento Histórico, Teoria da História e Historiografia Jurídica. Fundamentos teóricos da História do Direito. História do Direito e História Social. Antropologia e História. Novas tendências na historiografia.
Gestão Patrimonial de Recursos Naturais	A abordagem sistêmica da problemática socioecológica: condicionantes e estratégias de enfrentamento. Ecologia & desenvolvimento. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. O conceito de patrimônio visto como estatuto jurídico para o meio ambiente. Caracterização do enfoque de gestão patrimonial negociada de recursos naturais e suas convergências com o enfoque de gestão integrada e compartilhada de recursos

	comuns (“ <i>commons</i> ”). Experiências no cenário internacional. O Direito Internacional face à instituição da figura do <i>patrimônio comum da humanidade</i> : a proteção dos fundos marinhos, a conservação da biodiversidade e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. Princípio de Precaução. Desafios para a pesquisa inter e transdisciplinar. Aplicações ao contexto brasileiro.
Globalização e Cidadania	Globalização: evolução histórica, marco referencial teórico, aspectos fundamentais. Globalização e neoliberalismo. Soberania e globalização. Meio ambiente e cidadania diante da globalização. Redefinição dos paradigmas. Globalização: nova ordem da velha dominação ou emergência de uma consciência planetária?
Governo Eletrônico na Sociedade em Rede	O mundo digital e a Sociedade da Informação. Teoria do Estado Moderno. As novas formas de governar. Sociedade da informação. Governo eletrônico: noções iniciais. Teoria Geral da Administração Pública. Evolução da forma eletrônica de governar. Cenários nacional e internacional. Projetos tecnológicos e modelos de negócio em rede. E-participação, e-Cidadania e e-democracia. Urna eletrônica.
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	A interpretação das normas constitucionais na passagem da velha para a nova hermenêutica. Os modelos tradicionais de interpretação face à tópica jurisprudencial. Dos modelos sintático e semântico ao modelo pragmático e argumentativo de aplicação do Direito. Interpretação principiológica da Constituição: operatividade dos princípios constitucionais: teorias ponderacionistas e sua polêmica com a concepção garantista do direito..
História das Instituições Jurídicas	Instituições, Historicidade Crítica e Novos Paradigmas. Instituições Greco-Romanas: Família, Cidade e as Leis. Direito Medieval e Dogmática Canônica. Tribunais, Processos e Feiticeiros na Europa Moderna. Conquista e Instituições na América Indígena. Capitalismo Moderno e Ordem Normativa Burguesa. Justiça e Burocracia no Brasil Colonial. Elites e Magistrados na Sociedade Imperial. Academia, Formalismo e o Bacharelismo Liberal. Tradição Legal e Instituições Políticas Nacionais. Repensando as Raízes Culturais Brasileiras. História Crítica das Instituições Jurídicas.
História do Direito Público	A dicotomia direito público-direito privado. Origens do direito público como área autônoma. Método do direito público. Estado de Direito e Direito do Estado. Crises e tendências do direito público.
História do Pensamento Jurídico	Precedentes do pensamento jurídico ocidental nas experiências de Roma e Grécia antigas. Teologia cristã e pensamento jurídico medieval. Pensamento jurídico na modernidade: contratualismo e jusnaturalismo. Pensamento jurídico no século XIX: historicismo, hegelianismo e marxismo. Pensamento jurídico no século XX: positivismo lógico, positivismo sociológico e institucionalismo.
Juridicidade do Risco e Dano Ambiental	Evolução da responsabilização por dano ambiental. Prevenção, precaução e repressão da responsabilidade civil por dano. Juridicidade dano/risco e sua comparação. Dano/risco ambiental futuro. Indenização, restauração e formas de reparação do dano ambiental e jurisprudência da dano ambiental.

Justiça Ambiental	Avaliação do estado-da-arte das pesquisas sobre a problemática da Justiça Ambiental. Mapeamento de iniciativas e movimentos sociais que apelam aos conceitos de Justiça Ambiental e Justiça Ecológica. A apropriação jurídica deste conceito no Brasil: avanços e limites da ação governamental. Relações com o debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento.
Metodologia da Pesquisa em Direito	Pressupostos e fundamentos da ciência contemporânea: as diversas abordagens epistemológicas. Especificidades das ciências sociais e da Ciência do Direito. Pesquisa em Direito: conceito, classificação, métodos. Etapas da pesquisa em Direito: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. Elaboração de um projeto de pesquisa em Direito: estrutura e conteúdo. Artigo científico. Dissertação de Mestrado.
Metodologia do Ensino do Direito	Pressupostos e fundamentos da educação contemporânea: as diversas abordagens do processo de ensino-aprendizagem. Ensino do Direito no Brasil: história e legislação. Formação docente. Educação ambiental. Estratégias de ensino e didática. Planejamento de curso e avaliação. Relação professor-aluno.
Novos Rumos da História do Direito	Visões tradicionais e releituras na História do Direito luso-brasileiro. História do Direito no Brasil e ideologia. Os temas-chave. As leituras tradicionais. Crítica destas últimas.
Obrigações Negociais e Sistema de Justiça	Novos princípios contratuais. Concretização dos princípios contratuais modernos. Pautas interpretativas para alguns contratos em espécie. Modificações da teoria geral das obrigações e da teoria geral dos contratos no novo Código Civil. Teoria contratual contemporânea, novos direitos e a tutela dos hipossuficientes em uma sociedade massificada. Arbitragem, cláusula compromissória e autonomia da vontade.
Organizações Internacionais	Introdução ao Estado das Organizações Internacionais. Organizações Internacionais de caráter universal e regional. A atuação das Organizações Internacionais na promoção da Paz, da Segurança e dos Direitos Humanos. A participação do Brasil nas Organizações Internacionais.
Pensamento Jurídico na América Latina	Introdução à história das idéias e do pensamento latino-americano. Fundamentos da crítica no pensamento político e jurídico latino-americano. Evolução do pensamento jurídico na América Latina: período colonial, pós-independência e século XX. Pensamento jurídico na trajetória da cultura brasileira: colônia, império e república. Tendências do pensamento e da prática jurídicas na América Latina contemporânea
Pensamento Jurídico no Brasil	O jusnaturalismo vigente até o século XIX: da Colônia ao Império. A proclamação da República e a criação das Faculdades de Direito: positivismo e evolucionismo no Século XIX. Principais perspectivas do pensamento jurídico no Brasil do século XX. O pensamento jurídico brasileiro contemporâneo.
Pluralismo Jurídico	Direito e Estado na sociedade moderna. Mudanças sociais, novos paradigmas e teoria crítica. Problematização social e política do pluralismo. Pluralismo jurídico: natureza, revisão histórica e tipologia. Pluralismo jurídico, Globalização e Pós-Modernidade. Pluralismo Jurídico, Interculturalidade e Estudos Pós-Coloniais. Pluralismo Jurídico e Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Pluralidade, Direitos Emergentes e Movimentos Sociais. Pluralismo e Práticas jurídicas informais na América latina.

	Pluralismo Jurídico e Práticas Jurídicas Informais no Brasil. Pluralismo Crítico e Novo Constitucionalismo na América Latina: estudo de casos (Venezuela, Equador e Bolívia).
Política Internacional	Fundamentos e objetivos da política internacional. Teorias da política internacional. O poder dos Estados-Nação. A nova ordem internacional em construção: limites e perspectivas. Assimetrias Norte-Sul. O papel da ONU. Direito internacional. Ética global e Direitos Humanos. Direito ao Desenvolvimento. Política ambiental internacional.
Processo e Acesso à Justiça	Direito Processual, Teoria do Processo e Processo. Evolução histórica do processo. Processo e acesso à justiça. Institutos fundamentais do processo: uma leitura crítica. Meios de impugnação das decisões judiciais. O sistema de precedentes no Brasil.
Processo e Constituição	A reconstrução do processo a partir dos direitos fundamentais. O direito de ação em face do direito constitucional. Pressupostos processuais na perspectiva constitucional. Condições da ação e direitos fundamentais. A tutela de urgência e a inafastabilidade do controle jurisdicional em face dos meios e fins processuais. A razoabilidade dos meios processuais e o princípio da fungibilidade. Processo e boa-fé na perspectiva constitucional. Inovações legislativas sob o prisma constitucional.
Processo e Jurisdição	Processo e direitos fundamentais: a função constitucional do processo. Processo e ideologia: passado, presente e futuro. Processo e empirismo: processo e ser. Teoria do fato jurídico aplicada ao processo. Princípios do processo. As relações entre processo e jurisdição. O processo não jurisdicional e o processo jurisdicional. A jurisdição contemporânea. Jurisdição e adequação procedimental. A fundamentação das decisões processuais jurisdicionais e não jurisdicionais. Direito jurisprudencial e processo.
Regulamentação das Mudanças Climáticas e Gestão dos Riscos	Evolução da política internacional e nacional da mudança climática. Desastres e mudança climática no foco dos Tratados, Convenções e Protocolos Internacionais. Gestão preventiva e precaucional dos riscos ambientais. Plano de resiliência e vulnerabilidade. Foco no Direito Comparado.
Sistema de Justiça Penal	O moderno sistema de justiça penal: gênese, estrutura organizacional e funções (declaradas e latentes). Dimensionamento do controle penal no âmbito do controle social. Dimensionamento da dogmática penal e a criminologia positivista como instâncias do sistema e ciências do controle penal. Os discursos de legitimação pelo saber jurídico e criminológico oficiais. O funcionamento estruturalmente seletivo do sistema penal. Da impunidade como disfunção à impunidade como regra de funcionamento do sistema. Funções do sistema penal. Crise de legitimidade, eficácia invertida e relegitimação. Sistema penal e mulher. O sistema penal brasileiro: dados empíricos.
Soluções de Controvérsias Internacionais	Conflito e cooperação nas relações internacionais. Modos pacíficos e não pacíficos de solução de conflitos internacionais. Sanções. Direito Processual Internacional: jurisdição internacional, cooperação jurisdicional, arbitragem e outros meios de solução de conflitos. Sistemas de solução de controvérsias internacionais nas Organizações Internacionais.

Teoria das Relações Internacionais	Problemas e temas relevantes das RI. Evolução histórica das interpretações. Principais tendências teóricas. O papel do Direito e o institucionalismo. Teorias e atualidade das concepções sobre o imperialismo. A sociedade internacional contemporânea, a globalização e o futuro do Estado/Nação. RI e os blocos econômicos.
Teoria do Direito	Teoria do Direito. Especificidade da Teoria do Direito. Evolução Histórica da Teoria do Direito. Problemas e Temas Relevantes de Teoria do Direito. Tendências atuais da Teoria do Direito.
Teoria e História do Direito Internacional	Arqueologia e genealogia das doutrinas do Direito Internacional: Direito Internacional e religião no mundo antigo. Direito Internacional entre Sacro Império e Civitas Maxima. Direito Internacional na Modernidade. As escolas italiana, austríaca, britânica, francesa, escandinava e belga. Debates entre Direito Internacional e Filosofia do Direito no final do Século XX.
Teoria Política	Especificidade da Política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássicos do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Modernidade. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. Teoria Política no Brasil: grandes tendências e autores do Império à República. Teoria Política na América Latina (na perspectiva da emancipação).
Tópicos Especiais em Teoria e História do Direito	Seminário aberto, sem conteúdo específico pré-definido, para abrigar cursos ministrados por professores convidados e visitantes, conforme art. 35, § 3º, do Regimento do PPGD.
Tópicos Especiais em Direito e Relações Internacionais	Seminário aberto, sem conteúdo específico pré-definido, para abrigar cursos ministrados por professores convidados e visitantes, conforme art. 35, § 3º, do Regimento do PPGD.
Tópicos Especiais em Direito Estado e Sociedade	Seminário aberto, sem conteúdo específico pré-definido, para abrigar cursos ministrados por professores convidados e visitantes, conforme art. 35, § 3º, do Regimento do PPGD.